

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Correio Braziliense Class.: Terra 213Data: 18/06/92 Pg.: 14

Audidores constataam 43 irregularidades no Ibama

A auditoria operacional realizada pelo TCU no Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — apontou 43 irregularidades no órgão. A inspeção em oito superintendências no País, inclusive a sede em Brasília, revelou problemas nas áreas de fiscalização, arrecadação, conservação ambiental e pesquisa. O trabalho de auditoria foi feito no mês de abril.

Entre as falhas estão o reduzido número de fiscais e a falta de treinamento, a possibilidade de fraude no transporte de madeira com a extinção das guias florestais e de pesca nos períodos proibidos. Os auditores verificaram que a arrecadação está descontrolada, causando perdas. Foram detectados também elementos que apontam indícios de irregularidades na aquisição de fazendas. O TCU determinou ao Ibama que em 60 dias apure os fatos.

Proposta — Sem saber detalhes

sobre a proposta do Tribunal de Contas da União de submeter a um conselho formado pela Funai, Ibama, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e, até Forças Armadas a análise da quantidade dos recursos minerais das áreas que poderão vir a ser transformadas em reservas indígenas, o presidente da Funai, Sidney Possuelo, disse ontem que qualquer que seja a alteração no modelo de exploração das riquezas, o índio tem direito de usufruir dos lucros extraídos de suas terras. "Sei de muitos projetos que tramitam no Congresso para regulamentar a exploração mineral nas áreas indígenas, mas essa idéia é nova", comentou Possuelo. Evitando criticar a proposta do TCU, o sertanista ressaltou que, apesar de o mecanismo para controlar mineração das terras dos índios ainda estar sendo discutido, não há dúvidas de que as tribos também deve ser beneficiárias da riqueza mineral.